

Bancários querem 14,78% de reposição

Bancários presentes na 18ª Conferência Nacional, realizada no final de semana em São Paulo, definiram a pauta de reivindicações da campanha salarial 2016 e decidiram por aumento real de 5%, mais a reposição da inflação, o que corresponde ao índice total de 14,78%.

A minuta, aprovada no domingo, tem outros itens importantes, como valorização do piso salarial de R\$ 3.940,24, mínimo necessário para atender as necessidades básicas de uma

família de quatro pessoas, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico). Os bancários cobram ainda da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) na mesa de negociação, PLR de três salários mais R\$ 8.317,90, vales alimentação, refeição e 13ª cesta alimentação, além de auxílio creche/babá de R\$ 880,00. Segurança, PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) para todos, fim das demissões, ampliação urgente do quadro de pessoal, fim da rotatividade e do assédio moral estão na pauta, que será entregue no dia 9 de agosto à Fenaban.

Financiários rejeitam proposta de reposição salarial feita pela Fenacrefi

Após mais uma rodada de negociação com a Fenacrefi, os financiários foram surpreendidos com uma proposta rebaixada apresentada aos trabalhadores das Financeiras em todo o país. A negociação aconteceu nesta terça-feira 2/8, em São Paulo. A Federação Nacional das Financeiras ofereceu apenas 80% do INPC (7,86%) em todas as verbas e PLR. O índice representa perda

salarial de 1,8%. Os financiários querem reajuste de 15,31% (INPC de 9,82% mais 5% de aumento real), PLR de três salários, auxílio-refeição, cesta-alimentação, auxílio creche/babá no valor de um salário mínimo (R\$ 880,00) e unificação da data base da categoria. Após a rejeição, trabalhadores e Fenacrefi acordaram a nova data de negociação, prevista para o dia 23 de agosto. A promessa é de finalizar a campanha antes de iniciar as negociações dos bancários.

Bancários são convocados para discutir Minuta a ser entregue para a Fenaban

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, realiza nesta sexta-feira, 05/8, às 18 horas uma Assembleia Geral Extraordinária.

Durante a assembleia, os bancários vão discutir e aprovar a minuta de pré-acordo de negociação e a minuta de reivindicações da categoria bancária, definida na 18ª Conferência Nacional dos Bancários.

A data base da categoria é 1º setembro e as negociações começam logo após a entrega da minuta, em calendário a ser definido entre as partes.

Por isso, é preciso discutir e aprovar a minuta de reivindicações que irá para a mesa de negociação com os bancos. A assembleia será realizada no auditório do Sindicato dos Bancários em Dourados.

Somente com a participação e união dos bancários, será possível garantir avanços nos direitos da categoria.

Itaú lucra mais de R\$ 10 bilhões no semestre

O Itaú registrou lucro líquido de R\$ 5,575 bilhões, alta de 8% em relação ao resultado obtido nos três meses anteriores (R\$ 5,162 bilhões). No semestre, portanto, o banco levou aos cofres R\$ 10,737 bilhões. Em junho, a carteira de crédito total, que considerava avais e fianças, somou R\$ 573,003 bilhões. Apesar dos bons resultados, o banco não investe em estrutura nas agências. Demite e não contrata para fazer a reposição.

Paralisação na Caixa contra a retirada de direitos

A luta dos empregados da Caixa contra a retirada de direitos e o desmonte do banco não acabou. Nesta quarta-feira, 3 de agosto, os funcionários realizaram um novo Dia Nacional de Luta.

Em Dourados, houve retardamento na abertura da agência Centro da Caixa e os trabalhadores aproveitaram para denunciar as artimanhas da direção da entidade que nos últimos meses tem atacado direitos com extinção da função de caixas, retirada do pagamento do adicional de insalubridade aos avaliadores de penhor, ameaças a tesoureiros e técnicos bancários, fechamento de agências, não contratação, etc.

Por conta disso, nas unidades Brasil afora o clima é de apreensão. No dia, 12/6 após pressão dos trabalhadores, a direção da Caixa recuou e afirmou que o pagamento do adicional de insalubridade dos avaliadores de penhor seria mantido em julho.

O anúncio foi feito na reunião extraordinária de negociação permanente entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e a direção do banco.

O fim do pagamento do adicional de insalubridade aos avaliadores de penhor havia sido anunciado pela Caixa em 5 de julho. Alega-se que laudos feitos por empresas contratadas consideraram que o ambiente em que se manipulam produtos químicos pelos avaliadores não apresenta risco à saúde e que, portanto, os empregados da área não teriam mais direito ao correspondente a 40% do salário mínimo (R\$ 352).

A Caixa estipulou prazo até 11/8, quando ocorrerá nova reunião, para a Comissão dos Empregados apresentar contra-laudos. O banco também estendeu a suspensão de corte do adicional por 90 dias.